

# A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO COM A HORA DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO

**SIMONE SILVA BARBOSA**

*Simone Silva Barbosa atua como professora na rede municipal de ensino de Osasco.*

## **RESUMO**

Com base no documento da Portaria nº 01 de 1996/LC nº836/97CENP (Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas), o presente artigo abordou a necessidade de espaços dentro da unidade escolar que promovam a formação continuada de professores buscando a emancipação e reflexão coletiva do corpo docente em prol da construção de conhecimento. Sendo um espaço conquistado dentro de uma gestão democrática. Fazer uma reflexão sobre as reuniões de horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) com o objetivo de conhecer sua implantação, bem como sua utilização como espaço para estabelecer uma relação entre a teoria e a prática pedagógica, do qual participam professores e coordenadores. Esses momentos devem ser preciosos para tomada de decisões e para a busca de melhorias para a escola, esclarecendo a verdadeira função de cada um dos envolvidos no trabalho da unidade escolar, como previsto em lei.

## **PALAVRAS CHAVES**

Hora de trabalho pedagógico coletivo. Professores. Coordenadores pedagógicos.

## INTRODUÇÃO

Para uma transformação da atitude dos profissionais da escola, quando em atenção ao documento da Portaria CENP<sup>12</sup> nº 01/96 - LC nº 836/97, no sentido de orientar suas práticas pedagógicas e administrativas, a fim de garantir uma educação formal contínua e de qualidade aos alunos, a escola sofre mudanças.

Tais mudanças tornam a escola mais autônoma, sem que deixe de fazer parte de um todo, ou seja, continua sendo uma “partícula” dentro de um “círculo” mágico de aprendizagem.

Com o surgimento das diversidades dentro do ambiente escolar este se molda de acordo com o que a sociedade exige, contudo respeitando suas características próprias.

Então é preciso que se crie e se pense em uma gestão escolar democrática, que promova a reestruturação em seu ambiente interno, considerando seus principais objetivos, dentre eles a aprendizagem, que ocupa a maior parte do tempo na escola por ser responsável pelo desenvolvimento da vida das pessoas, que adquirem e aprendem os conhecimentos que são úteis para seu desenvolvimento intelectual e social.

Podemos destacar a eficácia da educação na sociedade atual por essas mudanças que implicam em uma nova organização escolar, em melhoria no ensino. Esse fato poderá ocorrer com o empenho e dedicação dos professores, gestores e diretores, quando se reúnem para discutir e trocar ideias para melhoria do ambiente escolar e da sociedade.

Deste modo, os professores e coordenadores das escolas, no cumprimento da lei, selecionam o espaço e organizam os debates e discussões no período de funcionamento da unidade escolar. Momento este que chamamos de *horas de trabalho pedagógico coletivo*, mais comumente denominado de HTPC. São nestas reuniões que projetos e ideias começam a integrar a formação continuada do docente e surgem novos modelos para prática pedagógica, com a intenção de promover o progresso total dos alunos.

## A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Sabemos que houve uma série de reformas educacionais em alguns estados e municípios, com o objetivo de transferir algumas responsabilidades que estavam nos setores centrais e intermediários da educação para a escola. Mas estas reformas ainda não demonstram que a unidade escolar deveria ser revestida de poder de decisão, tanto para elaborar e organizar o seu projeto pedagógico, quanto para comandar as áreas administrativa e financeira, a fim de fortalecer uma efetiva participação da comunidade interna e externa na estruturação da gestão escolar e de sua prática educativa e, conseqüentemente, em melhoramento no processo de ensino e aprendizagem. Porém que não fique somente a cargo do estado e

---

1 Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

que a liderança nesta nova organização do trabalho escolar, com a autonomia conquistada, possa oferecer um ensino de qualidade e de quantidade.

A partir de 1980 a autonomia das escolas começa a ser discutida, principalmente pelos profissionais mais leais a sua profissão, abrindo caminho para o desenvolvimento das relações entre as pessoas e florescendo nos corações de muitos professores o desejo de colocar em prática muitas ideias para aprimorar a interação entre escola e comunidade. Dessa maneira passa-se a aperfeiçoar a gestão democrática, voltada para um novo conceito, o que impulsionou as mudanças do papel da escola.

Nessa nova atuação, as escolas buscam ser um ambiente agradável e estimulador para todos os envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento da aprendizagem. Contudo há aquelas que precisam reconstruir seus projetos, em razão das dificuldades cotidianas, em busca de respostas aos seus problemas.

Tomando como base que a democratização da educação promove uma diversidade de transformações, tanto nos alunos quanto na comunidade, professores, coordenadores e diretores, estes, sobretudo, precisam estabelecer dinâmicas que contribuam para novas mudanças, uma vez que sem o esforço e colaboração de todos os objetivos não são alcançados. A escola também é o local de manifestações de conjuntura socioculturais. Lembrando que estamos diante de novas tecnologias, que nos impõem muitos desafios organizacionais na escola.

Assim, cabe a cada um dos envolvidos no trabalho pedagógico buscar meios para utilizar essas tecnologias no cotidiano escolar, mesmo que tenham carência de recursos financeiros, todos precisam inovar.

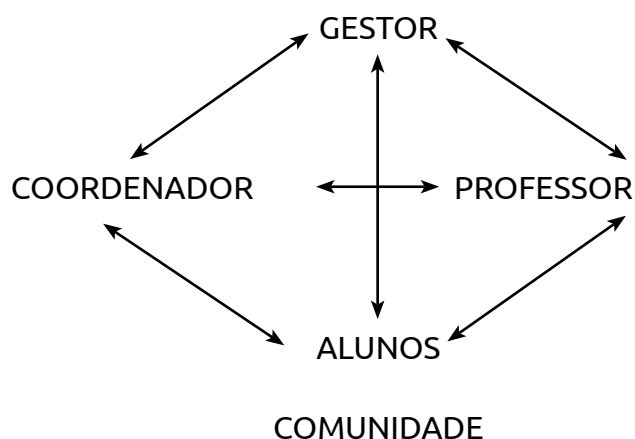
Cabe aqui falar do papel da liderança, que é necessária em todos os tipos de organização humana, principalmente nas empresas e em cada um de seus departamentos para eficiência e agilidade nos processos administrativos.

É por isso que acreditamos no conceito de autonomia nos documentos oficiais, pois nos levam a compreender sua importância durante a autonomia administrativa, para que esta não seja apenas a desconcentração de obrigações ou a descentralização de poder.

Entendemos que para a melhoria da educação a utilização dos diferentes recursos disponíveis e a formação continuada dos professores constituem uma espécie de molde para a escola, para atender aos interesses dos alunos e da comunidade.

Tem-se que fazer a adequação para não ocorrer o mesmo que por anos persistiu, o erro de fazer a educação formal com salas de aula repleta de alunos (com 40 ou 50 alunos), o que hoje sabemos que é incompatível com o processo do trabalho pedagógico. Além de não deixar faltar os recursos materiais e humanos condizentes com a quantidade de alunos.

Portanto, é na liderança democrática que um líder, sendo atuante, consultivo e orientador, pode promover nas reuniões/encontros o que o documento da Portaria CENP nº 01/96 - LC nº 836/97 indica, orientações para melhoria das práticas pedagógicas e administrativas, com o intuito de integrar todos os envolvidos nas atividades da escola. Vemos no esquema abaixo como é possível a integração de todos os envolvidos no âmbito escolar:



**Figura 1**

## **MOMENTOS DE REFLEXÃO: HORAS DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO (HTPC)**

É compreensível que a inserção das novas ideias de gestão democrática venha a contribuir para o desempenho de todos os envolvidos nas atividades da escola. Entretanto, inserir tais ideias não é suficiente para que aconteçam transformações nas práticas pedagógicas. É necessário que a escola ofereça aos seus professores capacitações para a utilização e outros recursos, facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.

Sabe-se que os encontros de HTPC acontecem em todas as escolas da rede pública de ensino, fazendo parte da carga horária dos professores e coordenadores.

Todavia, as reuniões têm sido motivo de descontentamento para a grande maioria dos profissionais, que alegam ser as HTPCs momentos “de perda de tempo”, por não aproveitarem melhor esse tempo para busca de soluções de problemas que surgem no dia a dia da escola.

Concorda-se quando Paulo Freire (2002) diz: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Quando o professor na sua formação profissional compreende que ele não está se preparando apenas para ensinar, mas sim para transformar o outro, este se compromete em desempenhar o verdadeiro papel de educador, como Paulo Freire coloca.

Há dentro das escolas diversas diretrizes a serem debatidas e decididas pelo grupo e devem ser refletidas em todas as reuniões e nos encontros realizados no espaço escolar.

Atualmente as escolas têm autonomia para promover a capacitação do corpo docente, podendo ser através:

- Da divisão pedagógica da Secretária de Educação, Cultura e Turismo;

- Da unidade escolar durante as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC);
- Das reuniões pedagógicas por modalidade de ensino e ano;
- Da leitura de textos, mostra de vídeos e palestras, abrangendo todas as classes de forma que o trabalho se torne significativo e coletivo.

Fusari (1992) acredita que as respostas aos problemas não serão encontrados em textos e sim na reflexão grupal que une a experiência dos professores ao estudo para oferecer alternativas sobre como lidar com problemas.

Assim, refletindo sobre as horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), concluímos que devem ser o melhor momento para a troca de ideias, elaboração de projetos, exposição de argumentos, soluções para diferentes problemas etc.

É essencial que o gestor desempenhe um papel de mediador para promover a interação do grupo quando nos encontros de HTPC, pois as pessoas somente interagem umas com as outras se tiverem estímulo. Por outro lado, a liderança precisa estar atenta ao que é exposto, pois muitas vezes surgem críticas construtivas ou não, e isso pode delimitar todo um trabalho que poderia ser o melhor.

Há escolas que diversificam a programação das HTPCs, a exemplo de algumas que conhecemos ao longo da nossa prática pedagógica. Fazem seis horas semanais para os professores que trabalham meio período e duas horas semanais para os que trabalham período integral.

Para melhor compreensão do que pode ser tratado na reunião de HTPC, onde todos da unidade escolar participam, cada um no desempenho de sua função, existem as seguintes responsabilidades:

- Participar e contribuir para a elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Administrar e cuidar da aprendizagem dos alunos;
- Satisfazer e cumprir os dias letivos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e HTPCs;
- Cooperar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade;
- Ser comprometido com seu trabalho e favorecer ao aluno em sua capacidade de se desenvolver em toda sua potencialidade;
- Realizar seu trabalho melhorando a qualidade de ensino;
- Aperfeiçoar integralmente o educando, envolvendo-o na dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo e dos cuidados com a saúde.

Tendo em mente o que cada um tem como responsabilidade, começam a buscar ideias que ajudem na construção de uma identidade pedagógica para a unidade escolar, a fim de promover a educação para a cidadania, ou seja, buscam o equilíbrio entre o educar e o assistir, com a finalidade de criar vínculos com a comunidade.

É de suma importância que a escola, antes de agir, saiba ouvir seus alunos e professores e tenha coerência em suas ações para que, dessa maneira, possa fortalecer o vínculo que levará a unidade a se tornar um exemplo de gestão democrática dentro do município.

Assim, dentro do espaço escolar, todos devem atuar em parceria para lidar com as diversidades que surgem, como nos casos de indisciplina, falta de sociabilidade e ainda o relacionamento entre os educandos. São várias as questões a serem discutidas nas HTPCs, pois nas reuniões com os pais não se pode apresentar situações complicadas, de maneira que estes não se sintam fragilizados por eventuais ações ocorridos dentro da escola com seu filho ou filha.

Deve-se ter por meta propor projetos que tragam a comunidade externa à escola. Entretanto, é necessário ter em mente que, para a prática dos projetos elaborados para o ano letivo, é preciso ter novas atividades com o objetivo principal de promover o progresso dos alunos envolvidos.

Portanto, o ideal é tornar os encontros de HTPC mais produtivos e interessantes, por meio do trabalho em equipe, com organização, criatividade e qualidade.

## **DIRETRIZES DA LEI SOBRE A HORA DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO**

De acordo com Portaria CENP nº 01/96 - LC nº 836/97, as HTPC devem ser desenvolvidas dentro do espaço físico da escola pelos professores e pelo professor-coordenador pedagógico, tendo como finalidade articular os diferentes segmentos da escola para a construção e implementação do trabalho pedagógico, fortalecendo a escola como um lugar de aperfeiçoamento de seu projeto pedagógico e de planejamento e avaliação de sala de aula.

Então pelas diretrizes dessa lei podemos assinalar que os objetivos das HTPC são:

- Construir e programar o projeto pedagógico da escola;
- Articular as ações educacionais desenvolvidas pelos diferentes segmentos da escola, visando a melhoria do processo ensino aprendizagem;
- Identificar as alternativas pedagógicas que concorrem para a redução dos índices de evasão e repetência;
- Possibilitar a reflexão sobre a prática do professor;
- Favorecer o intercâmbio de experiências;

- Promover o aperfeiçoamento individual e coletivo dos educadores;
- Acompanhar e avaliar, de forma sistemática, o processo de ensino-aprendizagem.

Infelizmente, temos notado que a educação vem sofrendo muitos desfalques no ensino, em razão do despreparo profissional de alguns professores e coordenadores, o que implica no desinteresse de ambos, fazendo com que o HTPC seja um momento mal aproveitado, em que muitos professores não valorizam esses encontros e não fazem o uso deste espaço para discutir os problemas e apontar as soluções para os mesmos.

Havendo o interesse em mudar essa concepção, podemos afirmar que as reuniões podem ser conduzidas a partir de dois conceitos que a princípio podem parecer iguais, mas têm suas particularidades. Uma reunião é eficaz quando seus objetivos visam resultados, como salienta Sander (1995, p.43).

Em algumas escolas o HTPC continua a ser a utilização do tempo (duas horas-aula) voltado apenas para leitura de textos, avisos, palestras, sem a preocupação de se colocar em pauta as atividades planejadas ou simplesmente agendadas, a fim de auxiliar as atividades coletivas da escola.

A partir do momento em que o HTPC for pautado nas necessidades e interesses de todos da escola, seus participantes estariam cumprindo suas metas e não agindo apenas de forma burocrática.

Logo, diretor e professor-coordenador, de acordo com a Portaria CENP nº 01/96 - LC nº836/97, as reuniões de HTPC devem acontecer de forma que:

- O conjunto de características, necessidade e expectativas da comunidade escolar sejam identificados;
- Fazer o apontamento e priorizar os problemas educacionais a serem enfrentados;
- Catalogar os recursos materiais e humanos que estiverem disponíveis e que possam reforçar a discussão e a solução dos problemas;
- Apresentar alternativas encarar os problemas levantados;
- Propor um demonstrativo ou gráfico que auxilie nas providências concretas, no acompanhamento e avaliação das alternativas selecionadas.

Conforme a lei determina, é necessário que as reuniões sejam registradas em ata, pela equipe de professores e coordenação, com a finalidade de orientar o grupo no desempenho das atividades elegidas e promover de forma segura a continuidade do trabalho pedagógico no cotidiano escolar.

Portanto, todos os profissionais da educação precisam, como participantes do HTPC, ter em mente que esses encontros são de máxima importância como instrumento de trabalho e integração de equipe, e que dessa forma se torna um meio de obtenção de resultados através do trabalho em conjunto.

## CONCLUSÃO

A gestão democrática se constrói no percurso, na articulação entre os sujeitos e principalmente a partir do esclarecimento desse sujeito no que concerne à importância da democracia como prático efetivo contra o autoritarismo. Cabe à escola o papel de procurar cada vez mais organizar-se para propiciar um clima democrático, em que todos possam através do diálogo deliberar em prol do bem comum.

Se seguirmos a ideia de que o professor está apto a construir teorias e refletir sobre sua prática pedagógica, sob uma gestão democrática, tendo como objetivo a melhoria do ensino, com certeza a escola em que este docente trabalha ganha com um trabalho coletivo e complementa sua formação profissional. Mas se for um processo inverso, a consequência disso são desgastes físicos e psicológicos que geram debates sutis para o âmbito profissional, tornando assim as HTPCs momentos obrigatórios de cumprimento de hora e não de crescimento profissional.

Resumindo, nossa função não deve ser apenas fazer provas, fazer exames, atribuir notas, repetir ou passar de ano nossos alunos, mas junto com o gestor e nossos colegas buscarmos em nossas escolas melhorar o resultado, a partir de uma nova concepção pedagógica.

Então, devemos nós mesmos avaliar nosso desempenho e participação nesta gestão democrática, colaborando nos HTPCs, mesmo que sob críticas. Sejam sempre otimistas e não nos restrinjam somente ao espaço da sala de aula, mas ampliemos para outros espaços.

Portanto, devemos propor a construção de novas experiências ao avaliar, questionar, problematizar e recriar.



## **THE DEMOCRATIC MANAGEMENT AND RELATION WITH THE HOUR OF COLLECTIVE PEDAGOGICAL WORK**

**SIMONE SILVA BARBOSA**

### **ABSTRACT**

Based on the document of Ordinance No. 01 of 1996, LC No. 836/97CENP (Coordination of Studies and Pedagogical Standards) this article addressed the need for spaces within the school unit to promote continuing education for teachers seeking emancipation and collective reflection of the body teaching in favor of the construction of knowledge. Being achieved within a space of a Democratic Administration. Reflecting on the meeting of Collective Pedagogical Work Hours (HTPC) with the aim of knowing its implementation as well as its use as a place to establish a relationship between pedagogical theory and practice, involving teachers and coordinators. These moments should be precious to decision-making and in seeking improvements to the school, clarifying the true function of each of the work involved in the school unit, as provided by law.

### **KEYWORD**

Hour of collective pedagogic work. Teachers. Pedagogical coordinators.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUSARI, J. C. A formação continuada de professores no cotidiano da escola fundamental. **Idéias**, São Paulo, n. 12, p. 25-34, 1992.

SANDER, Beno. **Gestão da Educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.

# SÍNDROME DE WILLYANS BEUREN

## *inquietações e desafios na construção da escola inclusiva com qualidade*

**SÔNIA ALVES DIONÍSIO BONATTO**

*Professora da Rede Municipal do Ensino do município de Osasco há 21 anos trabalhando com o Ensino Fundamental. Graduada em Pedagogia, pelo Centro Universitário FIEO e Pós-graduada em Currículo e Prática Docente, pela Faculdade Mauá.*

### **RESUMO**

Esse trabalho foi elaborado para relatar o trabalho realizado por uma escola de Ensino Fundamental do município de Osasco depois que recebeu e teve o primeiro contato com um aluno de primeiro ano do ensino fundamental, acometido de Síndrome de Willyans Beuren (SWB), que provocou muita inquietação e, ao mesmo tempo, trouxe muitos desafios, não só para a professora como para a escola no seu todo. Como incluí-lo na sala regular, promover seu desenvolvimento e aprendizagem sem excluir os demais e como favorecer o desenvolvimento de todos. O estudo teve como objetivo observar o comportamento desse aluno e relatar o projeto de intervenção realizado pela escola para que ele interagisse de forma adequada e sua aprendizagem formal pudesse ser uma realidade concreta, permeando a educação inclusiva. Todas as fases foram respeitadas assim como a descrição da sala de aula, análise do plano de ensino, entrevistas e discussões relacionando teoria e prática. A intervenção permitiu refletir sobre novos procedimentos de ensino para crianças com Síndrome de Willyans Beuren, levando em consideração a Educação como direito para todos, dando novo enfoque para a Educação Especial com base nas Diretrizes Nacionais de Educação para Todos (Declaração de Salamanca, 1994)

### **PALAVRAS CHAVES**

Aprendizagem. Inclusão. Síndrome de Willyans Beuren.

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira da Síndrome de Willians (ABSW) a Síndrome de Willyans Beuren foi descrita pela primeira vez pelo cardiologista John Willyans, na Nova Zelândia, em 1961 e pelo médico alemão A. J. Beuren. A Síndrome foi estudada a partir de quadros clínicos de problemas cardíacos associados a atraso intelectual, além da percepção da face peculiar (élfica ou de fada, com nariz empinado, lábios cheios e formato da boca que aparenta um sorriso constante). Somente em 1993 a alteração do patrimônio genético que determina a Síndrome de Willyans Beuren foi identificada.

Sua ocorrência acomete pessoas de ambos os sexos com incidência de um caso a cada 20 mil bebês nascidos. Nos primeiros anos de vida é comum que a criança apresente dificuldade de alimentação, irritação e choro demasiado. Com o passar do tempo aparecem alterações cardíacas, renais e odontológicas, além de problemas de coordenação, já que as crianças apresentam certo atraso psicomotor. Em compensação, as crianças com SWB geralmente são sociáveis, apresentam habilidades para a música e tem ótima memória auditiva. De origem genética a SWB é uma alteração no cromossomo 7. Sem cura, os sintomas da SWB podem ser aliviados facilmente, quanto mais cedo for feito o diagnóstico do paciente. Dietas devem ser feitas com redução e controle de ingestão de vitamina D e de cálcio (TOPAZIO, 2013, p. 5-10).

Quem tem a Síndrome de Willyans Beuren é capaz de conquistar certa autonomia, pode frequentar a escola regular e ser inserido no mercado de trabalho. Demoram mais que as outras crianças para iniciar a fase da oralidade, se expressam de forma articulada e com fluência, além de demonstrarem grande sensibilidade a sons, o que facilita a habilidade para a música.

Este trabalho de pesquisa começou a ser desenvolvido a partir da estimulação das habilidades da criança. Inicialmente a professora era escriba da história que a criança contava.

O contato na sala de aula regular com um aluno de 1º ano, acometido da Síndrome de Willyans Beuren, provocou inquietação em todos que com ele conviviam, ao mesmo tempo em que desafiava para a busca de alternativas de um trabalho eficiente em condições esperadas de convivência e respostas às questões como: como incluí-lo na sala regular e promover seu desenvolvimento e aprendizagem, sem excluir os demais alunos? Como favorecer o desenvolvimento de todas as crianças?

É importante considerar que foram definidas com a sala as regras de convivência e o aluno não se adequava às mesmas. O consequente confinamento em sala lhe provocava desconforto e o desestabilizava. Nas atividades de grupo era ele quem determinava e escolhia as brincadeiras não permitindo opções de escolha às outras crianças. Em função desse contexto decidiu-se que o primeiro desafio seria incluí-lo no grupo, socializando-o antes do seu aprendizado formal.

O objetivo do trabalho foi interferir em sua atividade escolar sem excluir os outros alunos. Educar e reeducar as suas habilidades, estimular o seu interesse em conviver com outras crianças evidenciando a importância e a necessidade da socialização nos primeiros anos de escola.

O trabalho apresentou um estudo de caso de uma criança de 6 anos de idade com Síndrome de Willyans Beuren e com muitas dificuldades para a socialização em sala de aula. O trabalho partiu de pesquisas que permitiram entender as características de sua síndrome e como orientar o trabalho de socialização e ensino-aprendizagem em sala de aula e na escola como um todo.

## **OS DISPOSITIVOS LEGAIS ORIENTADORES DO TRABALHO DA ESCOLA COM E SEM ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS**

Inicialmente foram estudados os dispositivos legais que amparam alunos com algum tipo de deficiência e orientam a escola e seus profissionais no trabalho a ser realizado, com essas crianças, em salas de aula e outros ambientes.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394 do ano 1996) em seu artigo 3º, a educação será ministrada com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
  - III - pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas;*
  - IV - respeito a liberdade e apreço a tolerância;*
  - V - garantia de padrão de qualidade;*
  - VI - valorização da experiência extra-escolar;*
  - VII - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;*
  - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
  - IX - garantia de padrão de qualidade;*
  - X - valorização da experiência extraescolar;*
  - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*
- (BRASIL, 1996, p.8).*

Estes princípios devem orientar as ações de toda escola e de todos os seus educadores na busca do pleno desenvolvimento do aluno como cidadão, inclusive como ser político, no sentido de integrar, de forma participativa, não só o contexto histórico local, mas o processo de desenvolvimento da sociedade planetária, na qual todos estão inseridos. Conseqüentemente, a educação deve ser proposta e construída, de forma compartilhada com os representantes de todos os segmentos envolvidos no trabalho educativo da escola, tendo como ponto de partida o conhecimento do aluno em suas reais necessidades e possibilidades.

O artigo 22 da mesma lei afirma que:

*A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando e assegurar-*

*lhes a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania” do qual se pode inferir o princípio de educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais e que a educação deve ser um processo organizado, sistemático e intencional. (BRASIL, 1996, p.20)*

A educação é um direito fundamental do ser humano, também assegurado legalmente pelo artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.*

*2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.*

*3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. (DUDH, 1948, p.12).*

Nos dias atuais pretende-se que a educação contribua para a transformação da sociedade, na medida em que pode ampliar a capacidade das pessoas e fortalecê-las como seres sociais e como sujeitos históricos, com ideias de participação e com o olhar voltado aos seus direitos, sem nunca descuidar dos deveres que lhe são consequentes e à busca de igualdade entre todos os participantes do processo educativo.

A concretização desse paradigma de educação requer muito mais que participação e contextualização, mas, e principalmente, o respeito à história de vida pessoal dos alunos, que não pode estar dissociada da história da escola e da sociedade no seu todo, uma vez que a aprendizagem escolar deve construir-se como processo de socialização e ampliar as condições de cada aluno como ser político.

O trabalho da escola politizadora deve fundamentar-se, também, no pressuposto teórico de educação de qualidade para todos, mas sem descuidar-se do respeito à individualidade de cada aluno, ser único em suas especificidades.

A Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, afirma que:

*A equidade compreende os princípios de igualdade e diferenciação e somente quando a educação está com condições para atender às necessidades de cada aluno, ela pode ter possibilidades para contribuir para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades, aos seus direitos fundamentais e, dessa forma, concretizar os fins da educação em condições de igualdade para todos, sem qualquer tipo de distinção. (UNESCO, 1994, p.11-14).*

O direito de igualdade de oportunidades só pode ser assumido e assegurado, como compromisso pela escola quando ela for capaz de considerar o indivíduo como ser social que detém o direito de aprender e participar desse processo de aprendizagem.

Assegurar a educação de qualidade para todos é, portanto, garantir o direito à igualdade de oportunidades. Oferecer uma educação igualitária e de qualidade a todos é atender e corresponder às expectativas de aprendizagem de cada um, ampliando a otimização das suas potencialidades.

## **ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Considerando o que diz Dockerelle (2000, p.43),

*A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo, facilitarem-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender a aprender.*

Refletindo sobre a vida do ser humano observa-se que a mesma é cheia de momentos históricos pessoais que só tem significância para este indivíduo e seus pares e incluem momentos planejados e desejados e outros indeterminados e inesperados.

Considerando essas singularidades um questionamento impõe-se a todo educador consciente e comprometido: se a educação deve ser de qualidade para todos, baseada no desenvolvimento e fortalecimento do ser humano como ser social, como administrar pedagogicamente, as particularidades apresentadas pelas crianças especiais?

É responsabilidade do educador buscar estratégias diferenciadas para que cada aluno possa aprender a aprender, intervindo e dando significado e sentido a sua aprendizagem.

Segundo Dolle (1998, p.12),

*Os alunos com problemas intelectuais graves são aqueles cujo desempenho intelectual se situa, aproximadamente, no 1% mais baixo da distribuição normal da população. Tradicionalmente, eram alunos que apresentavam Q. I. com valores abaixo de 50 e muitos eram designados de atrasados mentais moderados, severos ou profundos. Além de apresentarem um funcionamento intelectual dentro do 1% mais baixo da população em geral, estes alunos apresentavam, ainda, uma vasta gama de dificuldades associadas, como seja a surdez, cegueira, cegueira-surdez, dificuldades*

*nos movimentos finos, comportamentos inadequados graves, incapacidade de comunicação verbal, incapacidade de andar sem ajuda, ritmos de resposta extremamente baixos e graves problemas de saúde.*

A indicação de problema intelectual grave implica em diferenças, tanto em grau como em qualidade, em relação aos que não são assim designados, exigindo atenção, cuidados e o preparo do professor para poder realizar um bom e diferenciado trabalho com essas crianças. Comparados com colegas sem problemas, da mesma idade cronológica, esses alunos evidenciam dificuldades no comportamento em quase todas as áreas da aprendizagem.

*Estas dificuldades deverão ser contempladas individualmente e construtivamente nos programas educativos. Isto não implica minimizar uma realidade irrefutável e extremamente importante de que, embora intelectualmente diferentes, eles são cidadãos de pleno direito considerando várias dimensões como dignidade humana, direitos constitucionais, liberdades individuais, direito à educação e qualidade de vida. (DOCKRELLE, 2000, p.90).*

Deste modo, é extremamente importante selecionar as aprendizagens mais importantes para um desempenho efetivo, tanto nos ambientes integrados e atividades imediatas como futuras. Por outro lado, não se pode desperdiçar tempo letivo a ensinar competências que não sejam minimamente propiciadoras de uma qualidade de vida aceitável em ambientes e atividades integradas. Uma das estratégias para determinar a importância relativa do ensino de uma determinada competência é pesquisar para saber como e por que é importante trabalhar didaticamente, determinado assunto, conteúdo ou área curricular, com crianças com dificuldades específicas e diferenciadas de aprendizagem.

Geralmente, quanto maior for o atraso intelectual de um aluno, maior será o número necessário de repetições e, principalmente, de busca de alternativas metodológicas diferenciadas que melhor atendam sua forma de aprender para que se possa conseguir desempenho escolar com qualidade aceitável.

Para atender esses alunos da melhor forma possível, os docentes devem criar condições para que, individualmente e de modo intencional e competente, no tempo letivo do aluno, se favoreça o maior número de atividades diferenciadas para que a aprendizagem seja concretizada. Por outro lado, deve-se evitar definir tempo determinado para a realização dessas atividades de aprendizagem ao longo do currículo e do ano letivo em curso.

“Geralmente, quanto mais grave for o problema intelectual de um dado aluno, menos segurança tem em acreditar que as aprendizagens feitas em dadas circunstâncias se utilizem aceitavelmente noutras circunstâncias” (DOLLE, 1992, p.85).

Existe uma infinidade de tarefas complexas que podem ser aprendidas por alunos sem problemas e que, poderão ser assimiladas por alunos também com problemas intelectuais, demonstrando que o investimento na sua aprendizagem é extremamente importante e vantajoso.



*As práticas pedagógicas advindas da política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais especiais, são ainda recentes no nosso país. Neste sentido, é interessante que estas práticas possam ser avaliadas e monitoras, para que possamos socializar indicadores de sucesso e também os problemas encontrados. (VELTRONE; MENDES, 2007, p.3)*

Nesse sentido é fundamental que os professores que trabalham com essas crianças sejam legalmente habilitados como docentes da educação especial e sua formação aperfeiçoada a partir da participação em de processos de formação continuada, pois as crianças portadoras da Síndrome de Willyans Beuren necessitam de muito mais cuidado e paciência para aprender e reaprender do que os outros alunos. Eles esquecem mais rápido do que quase todos os outros alunos se não forem estimulados de forma adequada e frequente; têm dificuldade para transferir o que aprenderam de um ambiente para outro e, raramente, conseguem sintetizar as aprendizagens adquiridas de modo a aplicá-las, efetivamente, numa nova situação.

*[...] A formação de professores para a inclusão escolar precisa ser um processo que realmente busca garantir uma educação de qualidade. E uma escola de qualidade, necessariamente, atenderá às necessidades especiais de todos os alunos. O professor deve entender as dificuldades dos estudantes com limitações de raciocínio e desenvolver formas criativas para auxiliá-los. (VELTRONE; MENDES, 2007, p.8).*

Mas por onde começar quando a deficiência é intelectual? Melhor do que se prender a relatórios médicos, os educadores das salas regulares e de recursos precisam entender que tais diagnósticos são uma pista para descobrir o que é mais importante trabalhar com esses alunos, quais obstáculos o aluno e o professor enfrentarão para que a relação ensino-aprendizagem aconteça com qualidade, quais metodologias e recursos serão os mais adequados para que ambos aprendam a ensinar e a aprender, sem descuidar dos demais alunos da classe.

No geral, os especialistas na área sabem que existem características comuns ao trabalho didático com os alunos com Síndrome de Willyans Beuren e outras deficiências.

*Alunos com dificuldade de concentração precisam de espaço organizado, rotina, atividades lógicas e regras. Como a sala de aula tem muitos elementos - colegas, professor, quadro-negro, livros e materiais, focar o raciocínio fica ainda mais difícil. Por isso, é ideal que as aulas tenham um início prático e instrumentalizado. (DOLLE, 1998, p.70).*

Para Fonseca (1995, p.45) é necessário estimular e desafiar esses alunos para que, sempre que possível e mesmo com um trabalho diferente, estejam participando do grupo. A tarefa deve começar tão fácil quanto seja necessário para que

ele perceba que consegue executá-la, mas sempre com algum desafio. Assim, procurar-se-á assegurar, também para o aluno diagnosticado com a SWB, o direito a um ensino de qualidade, apesar de sua deficiência intelectual.

*A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum em quem tem deficiência intelectual. Essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para a criança desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito. Para ajudar, o professor deve enaltecer o uso social da língua e usar ilustrações e fichas de leitura. O objetivo delas é acostumar o estudante a relacionar imagens com textos. A elaboração de relatórios sobre o que está sendo feito também ajuda nas etapas avançadas da alfabetização. (FONSECA, 1995, p.45).*

## **AS ESPECIFICIDADES DA SÍNDROME DE WILLYANS BEUREN**

“Primeiramente, o que hoje chama-se Síndrome de Williams-Beuren foi descrito como duas doenças diferentes, aparentemente não relacionadas” (TOPÁZIO, 2013, p.5). “Descrições de pacientes (...) indicaram que essas eram variações de uma mesma doença, a Síndrome de Williams-Beuren” (POBER apud TOPÁZIO, 2013, p.5). Pode aparecer em pessoas de ambos os sexos com incidência de um caso a cada vinte mil bebês nascidos. Quando bebê, é comum que a criança apresente dificuldade de alimentação, irritação e choro demasiado. Com o passar dos anos aparecem os problemas cardíacos, odontológicos e renais, além de problemas de coordenação, devido ao atraso psicomotor.

*Antes se acreditava que a SWB era causada pelo excesso de vitamina D, posteriormente estudos genéticos mostraram que a deficiência Williams-Beuren é genética e não teratogênica: a transmissão da SWB acontece de pais para filhos e a caracterização fenotípica da síndrome de estenose aórtica supra-ventricular familiar é herança autossômica dominante. A estenose aórtica supra-ventricular familiar, a qual também é causada por deleção do gene da elastina (ELN), está associada com anomalias cardiovasculares que são comuns na SWB, porém com poucas outras características encontradas na síndrome de Williams-Beuren. (POBER apud TOPÁZIO, 2013, p.5)*

*Adultos e crianças com SWB apresentam um quadro clínico geral que inclui: baixa estatura com déficit de crescimento, problemas dentários, características faciais típicas, retardo mental leve a moderado, personalidade e comportamento complexos, doenças cardiovasculares congênitas, hipertensão arterial, hipercalcemia e/ou hipercalcúria, problemas gastrointestinais e hiperacusia, anomalias musculoesqueléticas. O quadro*

*clínico de cada paciente pode variar, apresentando todos ou apenas uns poucos sinais clínicos relatados acima (MORRIS; POBER; DUTRA apud TOPÁZIO, 2013, p.6, grifo do autor).*

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM CLASSE COM ALUNO PORTADOR DE SÍNDROME DE WILLYANS BEUREN**

O aluno matriculado no primeiro ano do Ensino Fundamental I, no ano de 2012, em uma escola do município de Osasco tinha, na época, 6 anos de idade, morava com os pais e tem uma irmã com dois anos de idade. A família soube o que era essa síndrome logo após o aluno ter uma crise de descontrole na sala de aula da pré-escola, ocasião em que a mãe foi alertada a procurar um pediatra e, possivelmente, um neurologista. Após alguns exames foi diagnosticada a Síndrome de Willyans Beuren. Suas crises nervosas eram frequentes sem a medicação, mas quando começou a tomar os medicamentos sua convivência no dia a dia, em casa e na escola, ficaram mais tranquilos. Desde então segue sua rotina na escola como qualquer criança, conversa muito, canta, brinca e participa de todas as atividades praticadas na escola. No início de cada ano letivo os princípios de convivência eram definidos com a participação das crianças. No entanto, o aluno portador da Síndrome de Willyans Beuren não os respeitava. O “confinamento”, em sala de aula lhe provocava muito desconforto, as atividades em grupo o desestabilizavam. Era sempre ele quem determinava e escolhia as brincadeiras, não dando chance às outras crianças. Por isso quase sempre terminava suas brincadeiras só.

Seu comportamento oscilava muito, pois ora se mostrava carinhoso, e um instante depois agressivo, embora, de forma geral, tivesse bom relacionamento com os colegas.

Quando o professor souber que irá receber um aluno com essa síndrome deve procurar informações sobre a deficiência para auxiliá-lo da melhor forma possível. Antes do início das aulas será necessário conversar com os demais alunos da turma avisando da entrada do novo coleguinha e sobre a melhor forma de se relacionarem com ele e ajudá-lo.

Especificamente para esse aluno o plano de trabalho individual objetivava promover situações em que ele pudesse registrar graficamente suas aprendizagens, desenvolver a capacidade de atenção e de concentração, entre outros aspectos. A prática construída era sistematizada sempre buscando novos caminhos que favorecessem a inclusão com qualidade na educação formal, fazendo da docência um exercício de ensinar e aprender.

Assim que o aluno com a síndrome entrou na escola, sua mãe o trouxe e a inspetora o conduziu a fila. Ali começou o desafio, não apenas da professora, mas de toda a escola: como incluir aquela criança nas atividades regulares, promover seu desenvolvimento e aprendizagem sem excluir os demais alunos?

O trabalho com a criança começou a se desenvolver tendo como princípio as habilidades que deixava transparecer. O professor transformou-se em escriba

das histórias que ele mesmo descrevia. O seu interesse era maior quando apareciam nas histórias crianças e animais. Os jogos de memória eram seus preferidos, já os jogos nos quais apareciam sílabas o irritavam um pouco. No entanto, era a partir de suas respostas aos desafios desses jogos que se podia detectar nele o reconhecimento de algumas letras ou sílabas. Histórias contadas o faziam prestar atenção e ele chegava a participar de alguma forma, no enredo e cenários trabalhados. Projeção de filme o deixava concentrado, desde que o tema ou história fossem do seu interesse.

Para crianças com essa síndrome é importante pedir que façam desenhos e relatos sobre a sua arte e mesmo sobre fatos ligados a sua vida cotidiana que funcionavam como diagnóstico para que o professor soubesse, de alguma forma, do que ele gostava e, ao mesmo tempo, como era sua convivência com a família, caso o desenho fosse voltado para isso.

Pelos desenhos pode-se perceber que o aluno gostava de ver TV e filmes e, em todo percurso do desenho e das histórias que contava, sempre mencionava a família, pai, mãe e irmã, fazendo supor que sua convivência com a família era o de uma criança normal e, assim, sua convivência dentro da escola com os amigos também seria mais fácil. Por outro lado, suas histórias apresentavam uma hierarquia na qual o poder estava sempre presente, além de uma certa dose de drama.

## CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades que enfrentadas dentro da sala com excesso de crianças, falta de material didático apropriado e sem a devida formação para trabalhar com inclusões, os papel do professor, e de todos da escola, será sempre preparar o aluno para assumir seu papel na sociedade e adaptar-se às exigências do seu meio social.

Ao final ano letivo de 2012 período de tempo em que o trabalho com o aluno foi realizado, pode-se afirmar que os resultados foram muito positivos para todos. O aluno, mais tranquilo, já participava de brincadeiras em grupo e aos poucos percebeu que, além da oralidade, a escrita seria muito importante para a sua vida pessoal, escolar e social. Seus coleguinhas o aceitavam muito bem, com naturalidade e o professor cresceu como pessoa, cidadão e profissional mas ainda tinha a certeza de que precisava estudar muito mais para trabalhar melhor com outras crianças com a Síndrome de Willyans Beuren.

Nenhum educador pode tratar as deficiências como se fossem problemas insolúveis, mas como desafios que fazem parte do processo de aprendizagem do aluno, em particular, e da escola no seu todo. Deve considerar o educando como um todo individualizado, ter o seu olhar sempre voltado para o maior interesse do seu trabalho, que deve ser a aprendizagem do educando e ter certeza de que, apesar das dificuldades, toda criança é capaz de aprender e o faz no seu tempo.

Cabe à escola, professores e pais proporcionarem o melhor ambiente possível para a formação do aluno e, ao professor, especialmente, transformar-se, no dizer

de Vianna (2012, p.5-6), em um pesquisador capaz de encontrar as melhores estratégias e os recursos mais adequados para oferecer a cada criança, especialmente as que apresentam necessidades especiais, uma aprendizagem de qualidade sem esquecer que, no seu trabalho o carinho, a paciência, o compromisso com o ser humano no seu todo e em suas especificidades são fundamentais.

# **SÍNDROME DE WILLYANS BEUREN: INQUIETAÇÕES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA COM QUALIDADE**

**SÔNIA ALVES DIONÍSIO BONATTO**

## **ABSTRACT**

This study was designed to report the work of an elementary school in the city of Osasco, after that has made the first contact with an first-year elementary school student who possessed Willyans Beuren syndrome (WBS), that promoted so much unrest and, in the same time, brought a great challenge, not just to the teacher as the whole school. This fact has brought many challenges for the teacher and the whole school. How to include him in the regular classroom, how to promote his development and learning without excluding the other children and encourage the development of all of them. The study aimed to observe the behavior of this student and report the intervention project of the school for the child interact appropriately, and, that his formal learning might be real, permeating inclusive education. All phases were observed as well as the description of the classroom, the syllabus analysis, interviews and discussions relating theory and practice. The intervention allowed reflect on new teaching procedures for children with Willyans Beuren syndrome, considering education as a right for all, giving new focus for Special Education based on National Guidelines on Education for All (declaration of 1994, from Salamanca).

## **KEYWORDS**

Learning. Inclusion. Willyans Beuren syndrome.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA SÍNDROME DE WILLIAMS. **Características**. Disponível em: <<http://www.swbrasil.org.br/geral/caracteristicas>>. Acesso em 15 mai. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2013.

DOCKRELLE, Julie. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DOLLE, Jean-Marie. **Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapias**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

TOPÁZIO, B. A. **Aspectos clínicos e genéticos da síndrome de Williams-Beuren**. Monografia (Conclusão de curso) - Universidade Federal Bahia, Instituto de Biologia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Salvador, 2013.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 9, 2007, Águas de Lindóia, SP. **A** articulação dos saberes na sociedade atual: o papel do educador e sua formação. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2007. p. 2-8. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2013.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Escola do ensinar e a escola do educar: desafios de uma educação brasileira de qualidade política, ética e científica**. São Bernardo do Campo: CEP Francis Vianna, 2012.